



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
E.M.E.F. ALFREDO CESÁRIO DE OLIVEIRA
Rua: André Ribeiro de Mendonça, nº 467
Bairro: Alto da Fé – Igarapava / SP
Tel.: (16) 3172 - 1405

História

Tânia Lemos – 8º ano E / Matheus Anselmo- 8º ano A, B / Alexandre – 8º ano C, D, F

Atividade remota e presencial: O abolicionismo no Segundo Reinado

Semana: 25, 26, 27/10 e 03, 04, 05/11/2021 (6 aulas) 3º Bimestre

NOME COMPLETO: _____ 8 ano _____

As atividades serão postadas no blog da escola (www.alfredocesario.blogspot.com), no WhatsApp (grupo da sua sala) ou se preferir, pode pegar a atividade impressa na escola.

- **Assista a vídeo-aula:**

Link: <https://youtu.be/zQ7loqfCxrE>

ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

O abolicionismo foi um movimento social pelo fim da escravidão, que ganhou força na segunda metade do século XIX. Os abolicionistas divulgavam sua mensagem antiescravista por meio de artigos, charges, passeatas e comícios.

Alguns nomes de destaque na luta pela abolição da escravidão no Brasil foram André Rebouças, José do Patrocínio, Luiz Gama e Joaquim Nabuco.

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão em seu território. A abolição aconteceu de forma bem lenta para atender os interesses das elites rurais do país.

A partir do Segundo Reinado, o Brasil iniciou um **processo lento e bem gradual** que levou o país a abolir a escravidão dos negros de origem africana. Esse processo lento fez com que o país fosse o último das Américas a pôr fim ao trabalho escravo e evidenciou o sucesso das elites latifundiárias em obter concessões e fazer com que essa mudança não acontecesse de maneira brusca.

O PERCURSO PARA O FIM DO TRÁFICO NEGREIRO

Após conquistar sua independência, o Brasil era uma nação totalmente dependente do uso da mão de obra escrava de origem africana. Por parte das elites agrárias brasileiras, não havia intenção de colocar fim a essa instituição no país, e as necessidades do escravismo brasileiro eram supridas, em grande quantidade, pelo tráfico negreiro.

No entanto, a Inglaterra era uma ameaça aos interesses das elites brasileiras, pois essa nação europeia era uma defensora ardorosa do fim da escravidão e pressionava fortemente o Brasil para que isso acontecesse aqui. As pressões dos ingleses, inclusive, ocasionaram um acordo em 1826, no qual o Brasil comprometia-se a acabar com o tráfico negreiro em até três anos.

Esse acordo levou ao decreto de uma lei em 1831, que aprovou o fim do tráfico negreiro no Brasil. Contudo, nomeada como **Lei Feijó**, ela não foi cumprida e ficou conhecida apenas como lei “**para inglês ver**”. Apesar dessa lei, existem estatísticas que afirmam que, nas décadas de 1820 e 1830, uma média de 35 mil escravos por ano foi trazida ao Brasil. Isso comprova a alta demanda brasileira por escravos africanos.

Essa situação fez com que a Inglaterra adotasse medidas mais rígidas, de maneira a forçar o fim do tráfico negreiro no Brasil. Como o governo brasileiro havia manifestado intenção de não renovar acordos de cooperação para acabar com essa prática, a Inglaterra decretou em seu parlamento, em 9 de agosto de 1845, o **Bill Aberdeen**.

O **Bill Aberdeen**, também conhecido como *Slave Trade Supression Act*, permitia que a Inglaterra agisse como força policial no Oceano Atlântico, **dando direitos à Marinha Inglesa de aprisionar e atacar navios negreiros**, caso fosse necessário. Essa medida foi responsável por aprisionar aproximadamente 400 embarcações negreiras e forçou o Brasil a tomar ações enérgicas para garantir o fim do tráfico negreiro.

Assim, em 1850, para resguardar a sua soberania – ameaçada pelas embarcações inglesas –, foi decretada a **Lei Eusébio de Queirós**, que proibia o tráfico negreiro no país. A Lei Eusébio de Queirós, diferentemente da Lei Feijó, foi efetivamente aplicada e, em praticamente três anos, esse mercado já estava extinto no Brasil.

A LENTA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Uma vez proibido o tráfico negreiro no Brasil, era do conhecimento das elites agrárias que a abolição da escravidão aconteceria inevitavelmente. No entanto, foram tomadas medidas que resguardavam as elites de mudanças bruscas, assim, o processo abolicionista aconteceu de forma lenta e gradual atendendo aos interesses dos grandes fazendeiros.

A Lei de Terras foi concebida como uma forma de evitar o acesso à propriedade da terra por parte de futuros imigrantes. Ela estabelecia, por exemplo, que as terras públicas deveriam ser vendidas por um preço suficientemente elevado para afastar posseiros e imigrantes pobres. Estrangeiros que tivessem passagens financiadas para vir ao Brasil ficavam proibidos de adquirir terras, antes de três anos após a chegada. Em resumo, os grandes fazendeiros queriam atrair imigrantes para começar a substituir a mão de obra escrava, tratando de evitar que logo eles se convertessem em proprietários. Em 1871, foi decretada uma nova lei que apresentava avanços no sentido de promover a abolição no Brasil, mas ainda dentro da proposta de garantir que esse processo acontecesse de maneira morosa. Essa lei ficou conhecida como **Lei do Ventre Livre** e decretava que todo filho de escravo nascido no Brasil a partir de 1871 teria sua liberdade garantida ao completar 21 anos. O dono do escravo poderia libertá-lo precocemente aos oito anos em troca de uma indenização.

Em 1885, a **Lei dos Sexagenários** foi decretada. Ela foi vista como uma grande derrota pelos abolicionistas, pois refletia a possibilidade de adiar por mais tempo o decreto da abolição. A Lei dos Sexagenários determinou que todo escravo a partir de 65 anos de idade seria considerado livre. Essa lei foi considerada uma piada nacional, pois pouquíssimos escravos alcançavam essa idade e não dava garantias de sustento para aqueles que fossem libertos em uma idade tão avançada.

Nesse contexto, os cafeicultores paulistas já estavam investindo fortemente em mecanismos que garantiam a atração de imigrantes para substituir a escravidão. A decadência da instituição da escravidão, nessa época, foi intensificada pelos reflexos negativos que sua manutenção trazia ao Brasil internamente e externamente.

O país era o único das Américas que ainda mantinha essa mão de obra (os Estados Unidos haviam abolido a escravidão em 1863, e Cuba, em 1879). Além disso, nos quadros internacionais, isso refletia negativamente para o país, uma vez que nações como Inglaterra e França criticavam abertamente o país por isso. Por fim, rebeliões de escravos estavam acontecendo com frequência – muitas incentivadas por abolicionistas.

Percebendo que manter a escravidão no país era inviável em todos os sentidos, o político conservador **João Alfredo Correia de Oliveira** lançou o projeto pela abolição sem restrições. Esse projeto tramitou até sua aprovação e ratificação, dada pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888. Com a **Lei Áurea**, os escravos foram libertados e seus donos não receberam compensação do governo.

Apesar de abolir a escravidão, o governo brasileiro **não criou nenhum mecanismo que garantia a integração do negro na sociedade brasileira**. Assim, essa parte da população foi colocada às margens e, sem oportunidades, não teve chances de ascender socialmente, o que provocou os altos níveis de desigualdade que caracterizam a sociedade brasileira.

Semana: 25, 26, 27/10 e 03, 04, 05/11/2021

(6 aulas)

3º Bimestre

NOME COMPLETO: _____ 8 ano _____

ATIVIDADES DE FIXAÇÃO

1) O que foi o movimento abolicionista?

2) Por que dizemos que o processo abolicionista no Brasil Império ocorreu de forma lenta e gradual?

- () Porque tinham pressa em atender às exigências dos abolicionistas.
() Porque atendia os interesses das elites rurais no país (grandes fazendeiros).

3) Cite alguns abolicionistas importantes na luta antiescravista no Brasil:

*	*
_____	_____
*	*
_____	_____

4) “O Bill Aberdeen foi uma lei criada pela Inglaterra em 1845 que lhe permitia intervir através da sua marinha no oceano Atlântico, atacando e aprisionando embarcações negreiras.” O que a Inglaterra pretendia com essa medida?

- () Forçar o Brasil a tomar ações enérgicas para garantir o fim do tráfico negreiro.
() Pretendia incentivar a prática da escravidão no Brasil.

5) O que o governo brasileiro fez em 1850 para resguardar a sua soberania que estava ameaçada pelas embarcações inglesas?

6) Que lei foi criada também em 1850, para evitar o acesso à propriedade de terras por parte de futuros imigrantes?

- () Lei de Talião () Lei de terras

7) Quanto às leis abolicionistas relacione as colunas (colocando cada letra em sua resposta):

- | | |
|--------------------------|---|
| (A) Lei do Ventre Livre | () Abolição da escravatura (1888) |
| (B) Lei dos Sexagenários | () Dizia que os filhos de mãe escrava nascidos a partir daquela data, seriam livres (1871). |
| (C) Lei Áurea | () Declarava livres os escravos maiores de 60 anos (1885) |